

# Mais escassez para a educação

5 DEZ 1989

CORREIO BRAZILIENSE

EURIDES BRITO DA SILVA

A educação muitas vezes tem sido relegada ao segundo (ou enésimo) plano, tendo em vista as mais variadas alegações. Ora é que uma estrada dá retorno a prazo muito mais curto que a educação, se é que esta oferece um retorno. Ora é que instituições públicas de ensino desperdiçam recursos e, assim, o corte de verbas conduziria a "melhoramentos gerenciais". Ora é que a Emenda Calmon já estabeleceu uma percentagem da receita de impostos para o ensino e, por isso, já está devidamente contemplada (como se a Constituição estabelecesse um teto e não um piso). A Proposta Orçamentária para o próximo ano, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, pode até não partilhar dos pontos de vista acima, mas é um primor de obra de ficção político-administrativa. O que ela reserva para a educação? A liderança este ano cabe ao Ministério da Previdência e Assistência Social, enquanto que, ao contrário deste exercício, a soma das verbas dos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha supera folgadoamente a do MEC. Segundo declarações do próprio Ministro da Educação à imprensa, foi concedida menos da metade da quantia solicitada. Mais ainda, o valor para 1990, em valores reais, é 40 por cento inferior ao deste ano. Calculando por baixo, com um indexador bem otimista, o MEC deverá receber em 1990 menos 1,2 bilhão de cruzados novos a preços de maio de 1989.

Se vamos um pouco mais fundo na análise da Proposta, verificamos que quase nada foi destinado ao ensino fundamental e à educação pré-escolar. Em contraste, o percentual dedicado ao

ensino superior aumentou ainda mais, ainda que o valor alocado seja nitidamente inferior às suas necessidades. É de supor que todos os brasileiros já estejam não só alfabetizados, como também completem as oito séries do ensino fundamental. E, afinal, não existia na nova Constituição um dispositivo que manda aplicar por dez anos, pelo menos 50 por cento dos recursos vinculados ao ensino, na eliminação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental? Deve o povo brasileiro entender que a Constituição só se cumpre quando convém? Desse modo, todas as garantias e direitos por ela assegurados ficariam na dependência de alguém, em algum escalão, decidir se "pode" ou não respeitá-los.

O panorama que se descortina para o próximo exercício é, portanto, sombrio. Se o sistema federal de ensino está hoje "no osso", devendo até contas de luz e água, além de enfrentar prolongadas greves de professores e funcionários, imaginemos o que será mais tarde. Em janeiro e fevereiro muitas instituições federais de ensino estarão repondo os dias letivos em que ficaram paralisadas. Com isso, podemos prever mais gastos. Diante da Proposta Orçamentária, concluímos que os recursos serão ainda menores. É provável que estejamos, assim, não diante de uma bomba-relógio para o próximo Presidente da República desarmar. É possível que a bomba seja detonada antes mesmo de 15 de março, se as instituições federais de ensino começarem a fechar as portas.

O pior é que, no conjunto de migalhas para a educação, parte dos recursos ainda dependerá da aprovação de uma série de medidas pelo Congresso Nacional no sentido de aumentar a arre-

cação fiscal. O MEC ainda perderá uma fatia substancial dos seus recursos se tais medidas não forem tomadas. Devemos observar que um orçamento não é um ritual político-burocrático. Muda o Presidente, mas não muda o País, com suas necessidades, nem o Poder Legislativo. Por isso, é preciso marcar posições que sirvam de balizamento para a próxima administração. Afinal, a administração pública deve viver menos de pessoas e mais em função das necessidades nacionais.

Neste contexto, é importante questionar por que a escassa disponibilidade de recursos financeiros. De que ela decorre? Por que a receita de impostos situa-se abaixo das expectativas? A eliminação de incentivos fiscais e outras providências pode afigurar-se justa nesta situação de dificuldades. Mas não seria ainda mais útil apertar os parafusos que impedem a queda da arrecadação? Além disso, cabe discutir a repartição do bolo, que parece tratar a educação residualmente. Dois terços do dinheiro público, segundo a nova apresentação da Proposta Orçamentária, serão devorados pela dívida interna e externa. Enquanto isso, as verbas se reduzem a um nível incompatível com a própria manutenção do sistema federal de ensino.

Realismo não faz mal a ninguém. Embora a transição de um governo para outro traga modificações pouco previsíveis, a Nação está acima das mudanças de governo. E é preciso ter os pés no chão até para evitar que a bomba estoure antes mesmo de mudar de mãos.

*Eurides Brito da Silva é professora da UnB e vice-presidente do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada.*